



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**FRANCISCA TALIA ALVES MORAIS**

**DA DOCÊNCIA À DISCENCIA: EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS NO  
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB (CE)**

**ACARAPE**

**2021**

FRANCISCA TALIA ALVES MORAIS

DA DOCÊNCIA À DISCENCIA: EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS NO  
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB (CE)

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes

ACARAPE

2021

FRANCISCA TALIA ALVES MORAIS

DA DOCÊNCIA A DISCENCIA: EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS NO  
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB (CE)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: 23/08/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes (Orientador/IH Unilab)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Jacqueline da Silva Costa (Examinadora/IH Unilab)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

**Prof. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (Examinadora/IH Unilab)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

## RESUMO

O ambiente acadêmico é descrito por Grada Kilomba (2019) e bell hooks (2013) como um local de manutenção e propagação de relações de poder. Por tanto, afirmam que categorias socialmente marginalizadas como mulheres negras, uma vez que ocupam esse espaço, estão sujeitas a vivenciar discriminações e violências de cunho sexista e racista. Diante disso, e partindo de uma perspectiva interseccional, apontada por Crenshaw (2012) como estudo capaz de compreender as diferenças dentro da diferença, este projeto tem como objetivo interpretar como marcadores sociais de raça e gênero, interferem ou não, nas trajetórias acadêmicas de mulheres negras docentes e discentes da UNILAB (CE). Para realização da pesquisa conta-se com a metodologia qualitativa, conceituada por Denzin e Lincoln (2006) como atividade capaz de observar e compreender o mundo de forma genérica. Pretende utilizar-se do método de entrevistas orais, a partir do conceito de história oral e oralidade, pensado por Verena Alberti (2005) como possibilidade de interpretação do passado através de relatos. A pesquisa em questão, visa contribuir com estudos pré-existentes acerca da temática, a fim de fortalecer debates e políticas públicas no âmbito da educação superior, voltadas para melhorias nas condições de vida de mulheres estudantes e professoras negras.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Experiências. Racismo e Feminismo Negro.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>DELIMITAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>PROBLEMATIZAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>5</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>	<b>13</b>
5.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
<b>6</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>14</b>
<b>7</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>21</b>
<b>8</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>29</b>
<b>9</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>32</b>
	<b>ANEXO</b>	<b>36</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é sediada no município de Redenção, região do maciço de Baturité, no estado do Ceará, seus campi estão localizados em Acarape (CE) e em São Francisco do Conde (BA). A escolha da cidade de Redenção como sede institucional, se deu devido ao fato que “A cidade de Redenção foi pioneira na abolição da escravatura no Brasil, em 1883” (DIÓGENES; AGUIAR, 2013, p. 18), outro motivo estratégico, apontado pelos autores, para implantação da sede da Instituição em Redenção foi em razão sua localização a 72 km de Fortaleza, capital do estado, que se encontra em posição privilegiada à África e à Europa. O principal motivo que levou a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira ter um campus em São Francisco do Conde (BA), segundo dados da instituição, foi em razão de este ter sido o município com o maior número de habitantes autodeclarados negros no censo de 2010, quando cerca de 90% da população se reconhecia como parda ou preta<sup>1</sup>.

A UNILAB tem seu diferencial na proposta de integração internacional e interiorização do ensino superior, é uma instituição brasileira, pública e federal que tem como princípio a cooperação solidária entre os países membros da CPLP<sup>2</sup>, principalmente os países africanos<sup>3</sup>. Oferecendo atualmente dezenove cursos de graduação<sup>4</sup>, onze modalidades em pós-graduação<sup>5</sup>, promove pesquisas e trabalhos de extensão junto à comunidade local.

Sobre os objetivos da instituição segundo Diógenes, Aguiar afirma-se que:

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, de acordo com a sua Lei de criação, tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar profissionais e cidadãos para

<sup>1</sup> Disponível em: <http://UNILAB.edu.br/campus-dos-males/> acesso em: 28 jun 2021.

<sup>2</sup> Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

<sup>3</sup> Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

<sup>4</sup> Administração Pública, Agronomia, Antropologia, Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Ciências Biológicas - Licenciatura, Ciências Sociais, Enfermagem, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias, Farmácia, Física, História, Letras - Língua Portuguesa, Letras - Língua Inglesa, Matemática - Licenciatura, Pedagogia - Licenciatura, Química - Licenciatura, Sociologia - Licenciatura, Relações Internacionais. Disponível em: <http://UNILAB.edu.br/cursos-de-graduacao/> acesso em: 28 jun 2021.

<sup>5</sup> Especializações: Especialização em Gestão em Saúde, Especialização em Saúde da Família, Especialização em Ensino de Ciências - Anos Finais do Ensino Fundamental, Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis Disponível em: <http://iead.UNILAB.edu.br/especializacao/> acesso em: 28 jun 2021. Mestrados: MASTS, Mestrado Interdisciplinar em Humanidades - MIH, Mestrado Acadêmico em Enfermagem - MAENF, Programa de Mestrado em Antropologia UFC - UNILAB, Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT, Mestrado Acadêmico em Estudos da Linguagem, Mestrado Acadêmico em Energia e Ambiente, Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (Associação com IFCE). Disponível em: <http://proppg.UNILAB.edu.br/index.php/pos-graduacao-stricto-sensu/> acesso em: 28 jun 2021.

contribuir com a integração entre o Brasil e os demais estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) especialmente os países africanos e Timor Leste, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (DIÓGENES, AGUIAR, 2013, p. 7).

O Projeto Pedagógico Curricular do curso Humanidades da UNILAB, em sua versão mais recente (2019), trata-se de um importante documento que disponibiliza informações gerais sobre o Curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, curso que oferta disciplinas obrigatórias e optativas que tratam sobre questões de gênero e raça<sup>6</sup>. Mesmo diante de avanços acerca de tais questões, o ambiente acadêmico conserva relações de poder como acredita Kilomba (2019) ao apontar tal espaço como lugar de invisibilidade, silenciamento e violência contra a população negra, especificamente contra mulheres negras. A autora relata na obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, sua experiência enquanto mulher negra no ambiente acadêmico alemão durante sua pós-graduação. Kilomba retrata um pouco da realidade europeia, todavia, suas contribuições epistemológicas servem para compreender também a realidade brasileira. Sobre a invisibilização, inferiorização, silenciamento e ocupação do espaço de outridade, sobretudo das mulheres negras, em espaços e na produção de conhecimentos acadêmicos, Kilomba afirma:

Tal posição de objetificação que comumente ocupamos, esse lugar da “Outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação sofrida pela comunidade negra. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (KILOMBA, 2019, p. 51).

Ao que se refere o total quantitativo de professores na UNILAB por categoria de gênero, de acordo com dados colhidos no portal UNILAB em números<sup>7</sup>, aponta-se que o número total de docentes na instituição é de 383, sendo 369 efetivos, 9 substitutos, 4 visitantes e 1 cedido, ao tocante identidade de gênero os dados apontam que 168 docentes são homens e 215 mulheres, constata-se que a maioria são mulheres, mas embora o portal não categorize etnia

<sup>6</sup> Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (obrigatória para todos os cursos da UNILAB); Identidade e Poder; Antropologia, Movimentos Sociais, Direitos Humanos; Corpo e Política; Educação e Literatura Negra: Potencialidades Pedagógicas em Narrativas, Mitos, Fábulas, e Contos Africanos e Afro-Brasileiros; Educação, Gênero e Etnia; Educação, Gênero E Sexualidade Nos Países Da Integração; Gênero, Famílias e Sexualidades; Gêneros e Sexualidades na História; Literatura e Feminismos Contra Hegemônicos; Literatura e Relações de Gênero. Disponível em: <https://UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2020/10/PPC-BHU-2019.pdf> acesso em 29 jun 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://app.powerbi.com/view> acesso em: 28 jun 2021.

ou raça dos professores, percebe-se que a minoria são mulheres negras estas em sua maioria estão restritas ao instituto de humanidades.

Diante disso, achou-se necessário fazer uma constatação em termo quantitativo também do número de professoras negras adjuntas da UNILAB. Ao realizar uma breve pesquisa no Sistema de Integração de Gestão e Atividades Acadêmica (SIGAA) e na plataforma de currículo Lattes, constatou-se que o número de mulheres negras docentes nos Instituto de Humanidades (IH)<sup>8</sup> é de 9 (nove), em um corpo docente de 74 (setenta e quatro) professores adjuntos. Ressalta-se que tal constatação é passível de erro, haja vista que foi realizada brevemente e por meio de análise fenotípica através de imagens fotográficas de professoras, disponíveis nas plataformas do Sistema de Integração de Gestão e Atividades Acadêmica (SIGAA) e do currículo Lattes. Uma vez que se entende que essas plataformas não fazem apontamentos étnico-racial.

Em relação à categoria de raça e etnia dos estudantes, segundo o portal UNILAB em números<sup>9</sup>, do número total de 2.743 estudantes mulheres matriculadas no ano de 2020, 47,17% se autodeclararam pardas, 37% negras<sup>10</sup>, 8,46% brancas, 4,45% não declaram raça ou etnia, 1,97% são indígenas e 0,95% amarelas. Como se pode observar, os dados identitários disponibilizados dos estudantes da instituição, são bem completos. Através desses dados, constata-se também que a maioria dos estudantes matriculados na UNILAB são mulheres. Do número total de 5.388 estudantes matriculados no ano de 2020, 2.743 são mulheres e 2.645 homens. Outro dado importante colhido através da análise do portal é que do número de estudantes mulheres matriculadas na instituição, em maioria se autodeclararam pardas e negras. Mas, deve-se ressaltar que a UNILAB é uma universidade interiorizada, de integração internacional, principalmente, com países do continente africano falantes da língua portuguesa, por tanto, ao se comparar com universidades federais tradicionais a realidade da UNILAB é diferente, já que esta surge para atender populações marginalizadas do Brasil e do mundo. Quando se entende isso, fica mais coerente que o número, de estudantes matriculados na instituição, seja em maioria de autodeclarados negros e pardos.

---

<sup>8</sup> <https://sig.UNILAB.edu.br/sigaa/public/departamento/professores.jsf?id=359>

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2Q1MDA0Y2EtMDZlOS00OGMxLWJmZGQtMjE4M2M0NzJhN2IxIiwidCI6IjkwMjlkZGZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9&pageName=ReportSection> acesso em: 09 ago 2021.

<sup>10</sup> O site utiliza os termos “pardo” e “negro” para designar categorias de raça e etnia, dessa forma as palavras estão sendo utilizadas no texto apenas repetindo o padrão do portal UNILAB em números, todavia entende-se que pessoas pardas, no Brasil, são também reconhecidas como negras.



No que se refere ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI<sup>11</sup> (2016-2021) da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, a menção a gênero é feita nos princípios institucionais da Universidade. Segundo o documento, a instituição valoriza como princípios os seguintes pontos: “o desenvolvimento nos campos da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social; reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar; reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural e de gênero (...)” (PDI, 2016, p. 11). Portanto, constata-se que, as questões relacionadas à gênero e raça, neste documento, são pautadas de forma ampla e superficial, sem maiores desdobramentos e aprofundamentos em relação às políticas institucionais voltadas a tratar relação de gênero e questões étnico-raciais.

Diante disso, a realização desta pesquisa se volta também a interpretar até que ponto os princípios relacionados a respeito de diferenças de gênero e raça são de fato concretizados no âmbito da instituição. Desta forma, o projeto em questão visa abordar sobretudo a condição e as experiências de mulheres negras, professoras e estudantes brasileiras e africanas, no ensino superior na UNILAB. A fim de compreender qualitativamente as relações existentes diante da pluralidade étnico-racial e de gênero, presentes na universidade.

## **2 DELIMITAÇÃO**

Pretende-se realizar o projeto na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira, localizada na região do Maciço de Baturité, especificamente nas cidades de Redenção e Acarape, no estado do Ceará. Almeja-se realizar a pesquisa com o público-alvo de docentes do Instituto de Humanidades (IH) e discentes do curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, da instituição em questão. O recorte temporal do trabalho, referente as docentes, será desde o ano da inserção da primeira professora negra concursada na UNILAB, no ano de 2013, até a atualidade (2021), com relação as discentes, propõe-se entrevistar estudantes de qualquer período do curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, que esteja com matrícula ativa durante a realização da pesquisa.

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.proplan.UNILAB.edu.br/PDI-2016-2021.pdf> Acesso em 20.mai.2021.

### 3 JUSTIFICATIVA

Me apresento enquanto mulher negra advinda do interior do Ceará, especificamente da cidade de Itatira, graduanda no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, sou a primeira mulher da família estudante de graduação em universidade pública e federal. Minha trajetória enquanto negra inicia-se desde quando me percebi “diferente”, mais ou menos aos 5 ou 6 anos de idade, período que comecei a estudar em uma escola na área urbana de minha cidade. Pois nasci e vivi até essa idade em uma comunidade rural onde convivia com meus parentes maternos, naquele local e na escola que lá frequentei, todos se pareciam comigo, mas quando fui morar na cidade a maioria dos meus colegas de escola eram brancos ou tinha a pele mais clara que a minha, e foi então que descobri o racismo. A priori, não entendia por que as outras crianças se recusavam a brincar comigo, até começar os episódios de insultos por causa da cor da minha pele e do meu cabelo enrolado.

Vivenciar casos de violência racial em uma tenra idade e ao longo da vida no geral no ambiente escolar, faziam me distanciar cada vez mais da identidade negra e passar por um processo de “negação de si”, apontado por Neusa Santos Sousa (1983) na obra *Tornar-se negro: as vissitudes do negro em ascensão social*, uma vez que, para Sousa (1983), viver em uma sociedade em que o modelo de sujeito ideal é o branco, cria-se em uma série de problemas e dificuldades na construção de identidade do sujeito negro. Recordo-me que tive apenas três professoras lidas fenotipicamente como negras durante o ensino básico, e todas marcaram meu processo de formação escolar de alguma forma. Ter professoras negras me deu a esperança de concretizar o desejo, até então utópico, de cursar ensino superior. Além disso, a primeira professora que me convidou a participar de um projeto de pesquisa científica durante o ensino médio foi a professora Marcília, mulher negra pela qual tenho muito respeito, admiração e apreço.

Quando ingressei no ensino superior na UNILAB, minha percepção se voltou ainda mais para minha identidade enquanto mulher negra, pude viver de forma mais intensa meu processo de autoconhecimento e ressignificação identitária. Processo este designado como "tornar-se negro" por Sousa. Para a autora “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro”. (SOUSA, 1983, p. 77). A vida acadêmica se mostrava cheia de novidades, dificuldades e desafios, o universo da UNILAB e do ensino superior em si representavam algo totalmente inédito, estar em uma universidade de integração internacional é viver uma rica experiência com aspectos positivos e negativos, como em qualquer processo

de interação entre diferentes culturas, todavia desenvolvi boas relações e firmei laços sólidos de amizade.

Entretanto, com o passar do tempo fui experienciando alguns tipos de adoecimentos psicológicos. Ao passo em que me sentia satisfeita por ocupar um espaço que historicamente foi negado aos meus antepassados, sentia-me constantemente perdida, com medo e ansiosa em relação ao futuro. As incertezas, a sensação de não pertencimento e o constante medo de fracassar faziam parte do meu cotidiano a ponto de atrapalhar meu desempenho estudantil e de pensar em desistir dos estudos frequentemente. Fanon (2008) aponta na obra *Pele negra, máscaras brancas*, especificamente no capítulo O preto e a psicopatologia, fenômenos de adoecimento psicológico sofrido pela população negra em contato com um mundo de ideais e referências brancas, o autor destaca que no caso das Antilhas e de outras regiões colonizadas, o negro é bombardeado por um modelo de existência pensado pelo e para o branco, e isso em certa medida adoce o sujeito negro. O autor afirma que “A criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contacto com o mundo branco.” (FANON, 2008, p. 129). Tal constatação exemplifica minha experiência enquanto negra ao longo de minha vida escolar e não apenas em tal âmbito.

Os motivos que me fizeram entender que eu vivia um adoecimento psicológico não se resumem a eventos isolados de tal período, mas o modo de vida que passei a ter evidenciou algo que já vinha acontecendo. A assistência estudantil prestada através de ajuda psicológica por parte da universidade, me ajudaram de forma considerável a compreender e enfrentar esses sentimentos. Com a realização de leituras para elaboração deste trabalho e de através diálogos informais entre professoras e colegas também negras, pude perceber que os sentimentos por mim vivenciados e listados anteriormente, trata-se infelizmente de uma realidade quase inerente à vida de mulheres negras no ensino superior, o que demonstra a necessidade de estudos, debates e políticas a fim de garantir melhorias na qualidade de vida dessas mulheres no âmbito universitário. Diante disso, este trabalho surge principalmente a partir de minha vivência antes e durante o ensino superior e com base em dados, apontamentos e estudos científicos acerca da condição da mulher negra na esfera do ensino superior.

Com relação a educação básica no Brasil, dados do PNAD<sup>12</sup> 2019, apontam que crianças e adolescentes de até 15 anos de idade, pretos e pardos, representam o maior número de analfabetos, com o percentual de 8,9%, enquanto brancos representam o total de 3,6%. Ao observar as taxas de analfabetismo por cor e raça entre pessoas de 60 anos ou mais, compreende-

---

<sup>12</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

se que o percentual de pessoas brancas é de 9,5% e o de pretos e pardos 27,1%. Em relação à média de anos de estudo das pessoas de 25 anos de idade ou mais, os números retratam que a média geral em anos de estudos dos brasileiros é de 9,4 anos, sendo 10,4 o número de anos de estudos de pessoas brancas e 8,6 o número total em anos de estudos de pessoas pretas e pardas. A taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, por cor ou raça, também aponta as disparidades, enquanto brancos têm 76,6% de frequência escolar líquida, pretos e pardos chegam a 66,7%. O fenômeno da evasão escolar por raça ou cor de pessoas de 14 a 29 anos, contabiliza que 71,7% de pessoas com instrução inferior ao ensino médio, são pretas e pardas, ao passo que pessoas brancas representavam o total de 27,3%. Este cenário não muda muito ao se tratar de pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo o ensino superior incompleto e que não frequentavam escola, curso de educação profissional ou de pré-vestibular, neste quesito, pessoas brancas totalizam em 33,4% e pretos e pardos 65,7%.

Diante desse cenário de desigualdade, há de se destacar a promulgação da lei 10.639/03<sup>13</sup>, que torna obrigatório o ensino da história da África, de seus povos e da cultura afro-brasileira na educação básica. Embora a promulgação da lei represente um importante avanço para o debate do racismo no país, ainda se faz necessário maior aprofundamento, uma vez que, de acordo com os dados do PNAD 2019, o número de estudantes negros no ensino básico brasileiro ainda é inferior ao de brancos. A lei 12.711/12<sup>14</sup>, promulgada em agosto de 2012 também conhecida como lei de cotas, tem como intuito garantir que as instituições brasileiras de ensino superior direcionem parte das vagas dos cursos de graduação para estudante com renda inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio), estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública, estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência<sup>15</sup>. Ressalto inclusive que adentrei no ensino superior pela lei das cotas, essa lei mesmo representando uma importante iniciativa para o combate às desigualdades como de classe e de raça, ainda se nota a disparidade na categoria racial no ensino superior como apontam os dados a seguir.

De acordo com os dados do PNAD de 2017, cinco anos após a instauração da lei de cotas, nota-se que o percentual de pretos e pardos no ensino superior representava apenas 9,3%.

---

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) acesso em: 30.jun 2021.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) acesso em: 30.jun 2021.

<sup>15</sup> Em 2008, surge a lei 11.645/08 que integra a cultura negra e indígena como temas obrigatórios a serem trabalhados no currículo do ensino público fundamental e médio, no Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) acesso em: 4.ago 2021.

Ao que se refere a taxa ajustada de frequência escolar no ensino superior naquele mesmo ano, o percentual para pretos e pardos era de 16,7%, contra quase o dobro do percentual de brancos, que representavam a porcentagem de 32,9%. Na categoria de gênero, esta mesma taxa apresenta uma diminuição no número de mulheres no ensino superior, em relação ao ano anterior, pois em 2016 as mulheres totalizavam 27,9%, e 26,8% em 2017. Estes dados não especificam categorias de cor ou raça entre as mulheres.

Com base nos dados e apontamentos discutidos anteriormente, a relevância da realização desta pesquisa está, principalmente, na necessidade de compreensão da condição da mulher negra, especificamente no exercício da docência na UNILAB e de suas trajetórias no ensino superior. Contribuindo assim, com debates e estudos pré-existentes no campo das ciências sociais acerca da temática, para fortalecer a discussão do tema dentro da instituição, a fim de promover melhorias para docentes e discentes - categoria na qual me incluo - no meio acadêmico. A pertinência da pesquisa, encontra-se na possibilidade de contribuição teórica, no campo político e social, visando o fortalecimento referencial de debates sobre trajetórias negras, questões de gênero e étnico-racial no âmbito da UNILAB, haja vista a importância da discussão destes temas para a atualidade.

#### **4 PROBLEMATIZAÇÃO**

Para hooks (2013), o ambiente acadêmico é apontado como um espaço ocupado majoritariamente por homens, pessoas brancas e pertencentes a classe média ou alta, perpetuando assim, relações de poder voltadas à raça ou cor, gênero e classe. Ressalta que historicamente, o direito à educação foi negado às mulheres e direcionado apenas aos homens. Somente após as primeiras repercussões das lutas feministas, principalmente na Europa, no final do séc. XIX ocorreram avanços, as mulheres brancas conquistaram o direito de frequentar escola. Todavia é importante fazer recorte de classe e raça junto ao gênero, pois as mulheres que conquistaram o direito de estudar eram em sua maioria brancas, pertencentes à classe média e alta, as mulheres brancas e pobres, assim como as negras de qualquer classe social, não tinham este direito.

Partindo dessa premissa, constata-se que as mulheres negras tiveram acesso ao ensino básico e superior muitos anos depois das mulheres brancas, e isso quando se trata de uma perspectiva mundial, pois ao analisar do ponto de vista do Brasil, essa diferença é ainda

mais acentuada. O Brasil sendo o último país da América Latina a abolir a escravidão<sup>16</sup>, resulta em nítidas desvantagens na vida da população negra brasileira ao longo dos anos até a atualidade, o âmbito educacional é amplamente atingido, como observa-se nos dados do PNAD 2017 e 2019 anteriormente explanados<sup>17</sup>. Diante disso, e baseando-se em uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2012), questiona-se, o que as trajetórias e experiências dessas mulheres negras professoras e estudantes da UNILAB, nos contam sobre suas existências no ensino superior?

Baseando-se no conceito de interseccionalidade pensado por Crenshaw (2012), torna-se persistente trazer à tona as experiências dessas mulheres pautando-se nas categorias de raça, classe e gênero, uma vez que estes atravessadores podem influenciar em suas trajetórias. Deste modo, pressupõe-se que as vivências dessas mulheres evidenciam violências de caráter racista e sexista. Partindo da premissa de que possivelmente essas trajetórias tenham sido marcadas por experiências racistas, se faz necessário avaliar: se existem diferenças em relação à mulher negra no ensino superior, se estas continuam na atualidade, e se sim, até que ponto as diferenças influenciam em suas vidas. No caso das professoras em seus ambientes de trabalho, e das estudantes, em suas vivências em sala de aula e no ambiente acadêmico.

## 5 OBJETIVO GERAL

Interpretar os marcadores sociais de gênero e raça, e como estes interferem, ou não, nas experiências de mulheres negras inseridas em duas posições no ensino superior no contexto da UNILAB: no exercício da docência e matriculadas como discentes.

### 5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Constatar as experiências vivenciadas, durante as trajetórias de formação e atuação acadêmica, de mulheres negras docentes que atualmente lecionam na UNILAB;
- Apontar as perspectivas da geração atual de mulheres negras estudantes matriculadas nos cursos de graduação em humanidades da UNILAB em relação à docência;
- Identificar nos projetos curriculares e nos documentos institucionais como são trabalhadas as questões de gênero e raça no âmbito da instituição.

---

<sup>16</sup> Abolição da escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888, disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/r95vPDYPCZBMVnS5fQq7MwL/?lang=pt> acesso em: 30 jul 2021.

<sup>17</sup> Ver parágrafos 6, 7 e 8 no tópico Justificativa.

## 6 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No artigo *Educação no Brasil: a História das rupturas*, José Luiz de Paiva Bello discorre acerca da História da educação no Brasil, a partir de rupturas marcantes ocorridas em períodos históricos que vão desde a colonização portuguesa em 1500, até a escrita do texto - início dos anos 2000. O autor destaca que os portugueses trouxeram para o Brasil padrões de educação europeus durante a colonização, mas isso não significa a inexistência de modelos educacionais dos povos indígenas pré-existentes no Brasil antes da colonização. Os jesuítas, segundo Bello (2001), trouxeram em 1549 os primeiros métodos pedagógicos, que perduraram até sua expulsão em 1759, estes métodos foram denominados pelo autor de absoluto caos. Durante a vinda da coroa para o Brasil no século XVIII, observou-se outra grande ruptura, neste período foram implantadas as primeiras Academias militares e Escolas de Medicina e Direito, mas para o autor, a educação no Brasil sempre teve lugar secundário, ao observar-se pela implantação tardia da primeira universidade no país.

No texto, Bello (2001) afirma que a primeira constituição do Brasil, de 1824, assegurava o direito à educação primária gratuita a todos brasileiros livres, e até a Proclamação da República em 1889 não houve mudanças concretas na educação. Ressalta-se que enquanto durou a escravidão no Brasil, os escravizados, leia-se negros e indígenas, eram proibidos de frequentar escolas, tal como observa-se no decreto de número 1.331-A, de 1854<sup>18</sup>, que regulamentou o ensino primário e secundário do município da Côrte, o artigo 69, 3º parágrafo, afirma que os escravos eram sujeitos proibidos de comparecer à escola. Durante a segunda república, o Brasil adentra no modelo de produção capitalista e isso afeta o padrão de educação. Por tanto, em 1934 a constituição dispõe que a educação é direito de todos e que esta deve ser ministrada pela família e pelo Estado, neste mesmo ano foi criada a Universidade de São Paulo.

Ao que se refere a condição dos negros brasileiros durante tal período, segundo o artigo *Oásis e desertos no Brasil: Da Frente Negra Brasileira aos congressos nacionais sobre a temática afro-brasileira e negra*, de Arilson dos Santos Gomes (2009), no séc. XIX, a população negra brasileira vivenciou muitas mazelas sociais, tais como ausência de políticas públicas, diminuição de natalidade e agravamento de doenças e da mortalidade infantil. Ao passo que as políticas de embranquecimento da população brasileira eram fortalecidas, através da imigração de europeus. Neste período, ideologias como a democracia racial difundida por Gilberto Freyre na obra *Casa-grande e senzala*, que afirmava a existência de uma harmonia

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> acesso em: 09 ago 2021.

racial no Brasil, emergiram e ganharam força no imaginário social do país. Diante de tais problemáticas, surge a Frente Negra Brasileira (FNB), como organização social que pautava melhorias nas condições de vida dos afro-brasileiros, principalmente na esfera da educação, e o combate ao racismo de forma geral. De acordo com Gomes A. (2009), a FNB surgiu em meados de 1931, em São Paulo, mas também teve sedes no Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, em seu período de duração atuou promovendo debates e discussões em encontros nacionais sobre racismo e a condição de negros e afro-brasileiros. Porém a organização foi extinta em 1937 com o início do regime ditatorial Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas.

Ainda de acordo com Bello (2001), nos anos da nova república, observou-se avanços e conquistas no campo da educação, como a criação do Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, em 1962. Em contrapartida, o período de regime militar foi marcado por retrocessos e violência de caráter antidemocrático. Pós-ditadura, no período de abertura política, criou-se o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, por fim o autor conclui que a Educação ao longo da história do Brasil teve seus momentos de mudanças, mas acredita que a educação no Brasil prevalece com o mesmo caráter da educação mundial, a de manter o Status quo.

Sobre a origem do ensino superior no Brasil, o professor Dr. Juarez Bortolanza, escreve em seu artigo *Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade*, a seguinte afirmação:

As universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e também de brasileiros que as julgavam desnecessárias na Colônia. Entretanto, ainda no século XIX, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil. (BORTOLANZA, 2017, p. 2).

No artigo, Bortolanza (2017) aponta que desde a colonização de 1500 do continente americano, observou-se a criação de diversas universidades, sendo que no final do século XIX o número de universidades nos países latino-americanos passava de trinta, com exceção do Brasil que teve sua primeira universidade fundada apenas no século XX. No entanto, constata-se historicamente que as escolas de formação superior e as academias militares existentes desde 1800, precederam as universidades no Brasil. O trabalho de Bortolanza, assim como o de Bello, voltam-se a apresentar a história geral da educação a nível básico e superior no Brasil, por tanto, em seus trabalhos as categorias de gênero e raça não são tratadas.

hooks, uma importante intelectual afro-americana, relata sobre o racismo sofrido no ambiente universitário nos EUA, na introdução da obra *Ensinando a transgredir: educação*



*como prática de liberdade*. Afirma que: “A universidade e a sala de aula começaram a se parecer mais com uma prisão, um lugar de castigo e reclusão e não de promessa e possibilidade.” (HOOKS, 2013, p. 13), ao criticar o modelo de ensino voltado à perpetuação da obediência e a ausência de incentivos à criatividade, práticas comuns no modelo de ensino ocidental. Embora hooks relate sua condição no ambiente acadêmico norte americano, seus escritos refletem também sobre a condição de mulheres negras em ambientes acadêmicos ao redor no mundo e no Brasil. A autora aponta que estes espaços são autoritários, ocupados, em maioria, por homens e pessoas brancas, por fim cita seu desejo de sentir-se acolhida e pertencente ao meio universitário.

De acordo com os apontamentos feitos até então, a educação superior da população negra, especificamente das mulheres negras, no Brasil, não chega a ser tratada, por tanto, faz se necessário destacar dados do IPEA<sup>19</sup> 2013, no *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Nestes dados, observa-se que os índices relacionados ao acesso de mulheres negras ao ensino superior no Brasil, mostram considerável crescimento somente no final dos 1990 e início dos anos 2000. No entanto, as desigualdades relacionadas às categorias de raça ou cor permanecem. Segundo estes dados, as mulheres negras representam o segundo menor percentual de inserção ao ensino superior, sendo os homens negros os que menos acessam a educação superior no Brasil, enquanto as mulheres brancas são as que mais alcançam este status, seguido pelos homens brancos. Sotero (2013), reforça que “Em 2009, a diferença entre mulheres brancas e negras era de 13,9 pontos percentuais (p.p). Se comparada as mulheres brancas aos homens negros, essa diferença sobe para 17,1 p.p.” (SOTERO, 2013 p. 40).

A professora Dra. Joselina da Silva, propõe no artigo *Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais*, realizar uma análise acerca da participação de mulheres negras, com título de doutorado ou mais, nas universidades brasileiras até o ano de 2005. Sua pesquisa tem como base principal dados do Inep<sup>20</sup> e Sinaes<sup>21</sup>, que apontam a disparidade no número de docentes do ensino superior do ano de 2005, quando analisadas categorias de raça e gênero. Sendo descrito pela autora que segundo estes dados, do número total de 63.234 professoras na educação universitária no Brasil, apenas 251 trata-se de mulheres negras (SILVA, 2010, p. 19). A autora salienta também a ausência de trabalhos e pesquisas acadêmicas voltadas para a temática, assim como a escassez de tabulações nos dados educacionais que

---

<sup>19</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

<sup>20</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<sup>21</sup> Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

levem em consideração os fatores de raça e gênero em sua análise. Sobre a condição de docentes e discentes afro-brasileiras no ensino superior, a autora escreve:

(...) o investimento em educação tem resultados diferenciados para as mulheres quando a racialidade é um fator de influência. O fenômeno da superqualificação será mais presente, deste modo, para as pretas e pardas, uma vez que estas tendem a ser alocadas no mercado de trabalho em lugares profissionais abaixo da sua formação acadêmica e ou técnica. Logo, mesmo na ausência de maiores e exaustivas análises – sobre o ambiente universitário –, se pode inferir que o quadro não será diferenciado para as mulheres negras quando no Ensino Superior, seja na condição de discentes, seja na de docentes. (SILVA, 2010, p. 26).

Em sua tese de doutorado intitulada *Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: Desafios e conquistas*, Maria Simone Euclides, analisa a trajetória de professoras negras, com título de doutorado ou mais, que lecionam em Universidades públicas no estado do Ceará, sendo essas as instituições: Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Regional do Cariri - URCA e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Euclides realizou a pesquisa a partir do método qualitativo, com o intuito de compreender a trajetória acadêmica de docentes negras através da realização de entrevistas com essas professoras, doutoras e concursadas que atuam nas instituições citadas anteriormente. O trabalho de Euclides (2017) aponta que mesmo diante de importantes avanços no que se refere a atuação de docentes negras no ensino superior no Ceará, apresentou-se também relatos em tom de denúncias contra o racismo e a discriminação racial sofrido por essas docentes no âmbito institucional, durante suas trajetórias profissionais e em relações interpessoais.

Diante de tais constatações, para a autora, nota-se a necessidade e urgência de se buscar formas concretas de enfrentamento às práticas racista nas instituições, para assim romper com a cultura segregacionista presente nos espaços acadêmicos. Entre diversos apontamentos feitos na pesquisa de Euclides (2017), a ausência de categorias de raça e gênero, no fornecimento de dados sobre os docentes das instituições nas quais realizou-se a pesquisa<sup>22</sup>, foi um dos pontos que mais dificultou a realização do trabalho. Ainda neste sentido, a autora salienta sobre a negligência por parte das instituições ao ignorar tais marcadores sociais e afirma que “Por outro lado, a omissão dos órgãos públicos, juntamente com a negligência em assumir as disparidades raciais, leva à crença da inexistência do racismo, o que conseqüentemente dificulta ações concretas de combate ao mesmo” (EUCLIDES, 2017, p. 31).

---

<sup>22</sup>Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Regional do Cariri e Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira.

Nos textos presentes no livro *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil*, Sueli Carneiro (2011) aponta os recentes avanços - a partir dos anos 2000 - relacionados a educação brasileira para a população negra, tais como a implementação da lei 10.639/03<sup>23</sup> pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva. Entretanto, a autora destaca os desafios para pôr em prática de forma efetiva os princípios que a lei determina, pois foi vetado pelo MEC<sup>24</sup> o artigo que determinava a formação de professores da rede pública com entidades do movimento afro-brasileiro e com membros de outras instituições de pesquisas relacionadas à temática, por considerar o artigo inconstitucional. A autora faz uma análise também do debate reacionário por parte de políticos dos setores conservadores brasileiros, acerca da implantação da lei de cotas no Brasil, que ainda não havia sido instituída quando foi escrito o livro. Entretanto, cabe ressaltar os apontamentos feitos por Sueli Carneiro para exemplificar as formas que o racismo opera no Brasil.

Segundo Carneiro (2011, p. 25), os argumentos utilizados por parte do setor conservador, que “Alegam que o Estatuto e as cotas raciais rompem com o princípio da igualdade e ameaçam a República e a democracia.”. De tal forma torna-se perceptível a negação das disparidades raciais no sistema educacional do país, uma vez que estes políticos acreditavam que as cotas favoreceriam um grupo em detrimento de outros, o que não é verídico, haja visto que essas políticas visam romper com as desigualdades causadas pelo racismo, possibilitando que grupos menos favorecidos socialmente alcancem o ensino superior no Brasil. A autora destaca ainda os diversos países desenvolvidos que implantaram política de cotas e afirma que nenhum deles tiveram seus fundamentos políticos abalados, pelo contrário, destaca os avanços científicos e tecnológicos alcançados por estes, que enxergam a educação como prioridade. Ao comparar o Brasil com esses países, conclui:

(...) no Brasil as ações afirmativas patinam em um debate escapista, fundado na defesa da suposta meritocracia, que esconde o desejo de permanência do status quo, o qual, historicamente, produz privilégios, além de reproduzir e ampliar as desigualdades raciais e retardar o desenvolvimento. (CARNEIRO, 2011, p. 26).

Ao pesquisar produções acadêmicas sobre docentes negras na região nordeste, observa-se a existência escassa de alguns trabalhos disponíveis, dentre estes, encontra-se o artigo *Professoras negras na Universidade Federal da Bahia - UFBA: cor, status e desempenho*, da professora Dra. Angela Ernestina Cardoso de Brito. Neste trabalho, a mesma

<sup>23</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) acesso em: 30 jun 2021.

<sup>24</sup> Ministério da Educação e Cultura.

pretende traçar entendimento sobre a condição das professoras negras dos cursos de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Brito (2017) salienta que dentre as produções científicas recentes, poucas se propõem analisar trajetórias acadêmicas considerando os recortes de raça e gênero. Por tanto, sua pesquisa busca ampliar importantes discussões sobre tais questões, pois entende-se que as mulheres negras sentem os efeitos das desigualdades de gênero e do racismo. A professora destaca ainda que do número mapeado de 400 professores na UFBA<sup>25</sup>, apenas 158 foram identificados enquanto negros (as) e somente 20 destes eram professoras negras.

Ainda sobre a ausência de trabalhos científicos com enfoque em gênero e raça, Brito (2017) complementa:

Entende-se que o fato das mulheres negras representarem a pequena minoria nas universidades brasileiras tem dificultado o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre a sua trajetória e inserção nestes espaços. As pesquisas têm sido parciais, representam uma totalidade generalista, absoluta e universalizante, o que reporta para a consolidação do mito da democracia racial no país e da consolidação da dominação branca, notoriamente consolidada na academia. (BRITO, 2017, p. 2).

No que se refere às produções acadêmicas que trazem como temática a mulher negra no ensino superior no estado do Ceará, nota-se novamente uma carência de referenciais teóricos. Destacando-se apenas o trabalho de Maria Simone Euclides, que escreveu a tese intitulada *Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: Desafios e conquistas*, para obtenção do título de doutorado pela Universidade Federal do Ceará - UFC, no ano de 2017. Tendo seu trabalho orientado pela Professora Dra. Joselina da Silva, pesquisadora que também produziu trabalhos relacionados à questão da mulher negra no ensino superior a nível nacional, como o artigo *Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais*, publicado em 2010 na revista *Perspectivas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis*. Maria Simone Euclides, aborda em sua tese as trajetórias de mulheres negras professoras nas universidades públicas (federais e estadual) do estado do Ceará. O trabalho de Euclides aponta principalmente para a denúncia do racismo sofrido por essas mulheres em seus ambientes de trabalho, e a busca por melhorias nesse quesito.

O trabalho de conclusão do curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela UNILAB, campus dos malês, em São Francisco do Conde - Bahia, (2016), produzido por Bruna Aparecida Thalita Maia, sobressai-se no quesito de produção de conhecimento sobre mulheres negras e a educação superior na região nordeste. Em sua monografia intitulada

---

<sup>25</sup> Universidade Federal da Bahia

*Matilde Ribeiro: A minha trajetória é talvez igual a tua: uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra*, Maia (2016) descreve a trajetória de Matilde Ribeiro, utilizando-se de entrevistas de cunho qualitativo. Aponta trajetória da docente, sobretudo como uma trajetória de subversão e luta, uma vez que, diferente de outras mulheres negras de sua geração, Matilde Ribeiro traça caminhos distintos quando opta pelos estudos e a carreira política, fruto das vivências de militâncias proporcionadas pelo ambiente universitário. Matilde Ribeiro, foi a primeira pessoa de sua família ao se graduar, cursando serviço social na PUC<sup>26</sup> de São Paulo, em 1983, mesma instituição que anos depois fez mestrado e doutorado. É no espaço acadêmico que a intelectual participa de movimentos sociais voltados a questão racial, anos depois se filia ao Partido dos Trabalhadores (PT) e se torna a primeira mulher negra ministra do SEPPIR<sup>27</sup>. Todavia, depois de tantas contribuições para elaboração de políticas públicas instauradas no início dos anos 2000, que visavam melhorias na vida da população negra e combate ao racismo no Brasil, Matilde Ribeiro retoma a carreira acadêmica, faz pós-graduação (mestrado e doutorado) e atualmente é professora adjunta da UNILAB, lecionando no campus de São Francisco do Conde - Bahia. A trajetória de Matilde Ribeiro, e sua figura em si, representa avanços muito importantes para pautas raciais no Brasil.

Trazendo para o âmbito da UNILAB do Ceará, há de se destacar o projeto de extensão *Mulheres negras resistem: Uma experiência de arte e cultura na UNILAB*, pautado em artigo pela professora Dra. Vera Rodrigues na revista *Batuko - UNILAB* (2020)<sup>28</sup>. Em sua quarta edição, com o título *Arte, cultura, educação e igualdade racial*, a revista traz ensaios e artigos de docentes e discentes da UNILAB acerca da temática relacionada. Dentre eles o artigo da professora Dra. Vera Rodrigues que destaca o projeto de extensão *Mulheres negras resistem*, projeto que segundo Rodrigues (2020) surge com o intuito de fortalecer mulheres negras através de afetos, estudos e debates, visando a criação de ações comunitárias e também projetos acadêmicos que possibilitem o ingresso dessas mulheres na pós-graduação em universidades públicas. O projeto surgiu em 2018, organizado através de módulos e atos de intervenção social, com encontros que a princípio ocorriam quinzenalmente de forma presencial, na Escola porto Iracema das Artes - Instituto Dragão do mar -, mas devido a pandemia de covid-19, em 2020, optou-se pela realização de encontros virtuais. O projeto de extensão *Mulheres negras resistem*, como sugere o título, representa uma forma de resistência e fortalecimento de mulheres negras para enfrentamento ao racismo dentro e fora dos muros da UNILAB.

<sup>26</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>27</sup> Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada em 2003 e extinta em 2015.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://revistas.UNILAB.edu.br/index.php/batuko/issue/view/27/5>, acesso em: 05 ago 2021.

Considerando os apontamentos explanados, as políticas de ações afirmativas recentemente adotadas em escala nacional, se mostram fundamentais para a inclusão de pessoas pretas e pardas no ensino superior público brasileiro. Assim como as produções acadêmicas voltadas à mulher negra no ensino superior e as denúncias de racismo feitas por essas mulheres, que possibilitam a elaboração de saberes múltiplos a partir de diversas perspectivas, contribuindo para a construção de conhecimentos científicos plurais e inclusivos. Pois, somente com a inserção de estudantes negros e negras nos espaços universitários e em melhorias para sua estadia, que aumentam as expectativas de participação de mulheres negras no ensino superior no âmbito da docência e discência com qualidades.

## 7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa tem como base os campos da antropologia e da sociologia, disciplinas das ciências sociais que em essência pautam, a primeira, o estudo da cultura e das subjetividades humanas, e a segunda os fenômenos que compreendem a vida em sociedade de modo geral. Deste modo, os artigos de Suárez (1995) e Collins (2016), a seguir, abordam a antropologia e a sociologia, respectivamente, em uma perspectiva de gênero e racial.

A antropóloga Mireya Suárez (1995), em sua análise, no artigo *Enfoques feministas e antropologia*, aponta que as relações de gênero sempre tiveram papel fundamental na organização social e de parentesco nos trabalhos antropológicos. Porém, observa que, até o momento da escrita do artigo, as diferenças sociais, em essência, entre homens e mulheres, não foram pontuadas de maneira central em pesquisas antropológicas. Suárez (1995), destaca também que nos trabalhos etnográficos a figura do homem engloba a da mulher, dando a entender que as mulheres são sujeitos incompletos e que ao examinar os modelos sociais masculinos, explicam também as expressões femininas. A autora avança no debate ao trazer exemplos de antropólogos pioneiros em pesquisas sobre a questão de gênero e sexualidade. Entretanto, realiza uma série de críticas ao modelo de pesquisa antropológica, que têm como pauta a questão de gênero, e que surgem invariavelmente a partir das pressões feministas ocidentais dos anos 1970. Por fim, conclui o artigo com a seguinte sugestão:

A solução deste problema parte da própria experiência etnográfica. É preciso observar e descrever o que as mulheres realmente fazem e pensam ao invés de escutar o que outros dizem que elas fazem e pensam. Dito de outro modo, como a autoridade da fala não é igualmente distribuída, o etnógrafo precisa abrir o espaço de fala para aqueles que não o possuem por desígnios culturais. (SUÁREZ, 1995, p. 10).

Portanto, este projeto tem como objetivo principal interpretar os marcadores sociais de gênero e raça, e como estes interferem, ou não, na condição de mulheres negras inseridas em duas posições no ensino superior no contexto da UNILAB: no exercício da docência e matriculadas como discentes. Diante disso, para pontuar análises de raça e gênero, se faz necessário utilizar conceitos e estudos em uma perspectiva antropológica e sociológica. Como pontua Mireya Suárez (1995), a experiência etnográfica em si, é capaz de realizar este trabalho. Além da antropologia, se destaca também o campo da sociologia.

No campo da sociologia, o artigo *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, Patrícia Hill Collins (2016), faz um breve aparato sociológico sobre o pensamento feminista negro e a posição de outsider within<sup>29</sup>, ocupada por mulheres negras afro-americanas. Collins (2016) destaca que historicamente falando, as mulheres negras estadunidenses sempre estiveram em contato com os segredos íntimos da sociedade branca, ao desempenharem o papel de empregadas domésticas nos lares dessas famílias. Para a autora, tal posição ocupada por estas mulheres as possibilitam ter acesso a uma visão sociológica privilegiada sobre o grupo social de pessoas brancas, de classe média e alta. Collins (2016) afirma que o feminismo negro é pautado por mulheres negras, mas que o movimento reconhece que existem diferenças em meio as mulheres negras, o que impossibilita que seja feita uma análise única sobre as mulheres negras ao redor do mundo. Aponta que as diferenças devem ser sempre pautadas e acredita que este fato de serem múltiplas em suas subjetividades, possibilita uma análise inédita no contexto de produção acadêmica e sociológica. Visto que essas mulheres produzirão conhecimentos a partir de seus lugares marginalizados na sociedade, promovendo de tal forma, rupturas e inovações epistemológicas.

As disciplinas destacadas anteriormente ressaltam que este trabalho se encaixa no campo de estudos da interdisciplinaridade, pensada por Gaudêncio Frigotto como abordagem metodológica necessária para estudos no campo das ciências sociais, no artigo. *A interdisciplinaridade como necessidade e problema nas ciências sociais*. O autor propõe no texto "aprender a interdisciplinaridade como uma necessidade (algo que historicamente se impõe como imperativo) e como problema (algo que se impõe como desafio a ser decifrado)." (FRIGOTTO, 2008, p. 42). Para Frigotto (2008), a interdisciplinaridade não é necessária apenas no campo das ciências sociais, mas sem dúvida, neste campo mostra-se mais crucial por garantir

---

<sup>29</sup> Segundo o artigo, o termo traduzido de forma grotesca para o português, seria: "forasteira de dentro" ou "estrangeira de dentro".

uma abrangência intersubjetiva, possibilitando um maior alcance do objetivo da pesquisa. Ainda acerca da necessidade da interdisciplinaridade, Frigotto afirma:

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigá-lo não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. (FRIGOTTO, 2008, p. 43-44).

Esta pesquisa, nesse sentido, se organiza de maneira interdisciplinar, tendo como base os campos da antropologia e da sociologia, a fim de se propor uma discussão acerca da condição da mulher negra, professora e estudante no ensino superior. Desta forma, organiza-se a luz dos conceitos de identidade, raça, identidade negra, gênero, feminismo negro, intelectualidade negra, interseccionalidade, discriminação racial, racismo estrutural e racismo institucional, esboçados a seguir.

Ao que se refere o conceito de identidade, Munanga (2006), acredita que a identidade exerce um papel fundamental nas relações humanas, por isso se faz importante seu reconhecimento nos mais diversos estudos sobre relações sociais. Além disso, a importância das identidades na atualidade se dá principalmente devido aos processos de ressignificações que estas vivenciaram ao longo dos tempos. Sua importância na contemporaneidade, está intrinsecamente ligada à reivindicação de grupos sociais que as têm como conceito fundamental nas denúncias e lutas por direitos. Segundo Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição do outro (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 2006, p. 17).

No artigo, *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*, Nilma Lino Gomes, faz a seguinte afirmação acerca de identidade, “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais” (GOMES N., 2004, p. 44). Para a autora, a identidade expressa traços, práticas e comportamentos culturais, mas também envolve níveis sócio-políticos e históricos de uma determinada sociedade.



Ao tratar do conceito de raça, a autora traz reflexões sobre o significado atribuído ao uso da palavra na atualidade e ao longo da história do Brasil. Gomes N. (2004) destaca que o conceito de raça surge historicamente durante o século XIX, com intuito de classificar, inferiorizar e escravizar pessoas não brancas. Todavia na atualmente, o termo não carrega o mesmo significado e é utilizado, enquanto categoria política, por intelectuais e militantes no contexto das lutas antirracista. Para a autora, devido ao contexto histórico em que a palavra raça surge, nasce também a identidade Negro, identidade atribuída pelos europeus aos não-europeus de pele escura. Diante de tal constatação, a identidade negra até momentos atuais ainda é lida socialmente como inferior à identidade branca. Sobre raça, a autora afirma:

Nesse contexto, podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (GOMES N., 2004, p. 49).

Na obra *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, Neusa Santos Sousa discorre acerca da condição identitária do sujeito negro em meio a uma sociedade de ideologia branca, voltando-se principalmente para a situação emocional das pessoas negras brasileiras em ascensão social. No livro a autora aponta, com base em relatos de entrevistados, a negação, sujeição e massacre da identidade original por parte de negros brasileiros, em busca de uma melhor aceitação social. Os apontamentos de Sousa (1983), refletem sobretudo os adoecimentos psíquicos sofridos pela população negra brasileira, que por estarem em uma sociedade racista, não conseguem enxergar em sua imagem enquanto pessoas negras, traços positivos, visto que o ideal, correto e belo é o sinônimo de branco. Sousa (1983), acredita que por conta das condições históricas vivenciadas por esses sujeitos (escravidão, inferiorização, desumanização, submissão), o negro tomou para si, o branco como modelo de identidade e humanidade, por tanto, utiliza-se desse desejo de ser branco e a negação da identidade negra como estratégia de aceitação e ascensão social. Acerca de identidade negra Neusa Santos Sousa, reitera:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUSA, 1983, p.17-18).

Miriam Pillar Grossi, no artigo *Identidade de gênero e sexualidade*, busca contribuir bibliograficamente, durante o final dos anos 90, acerca da categoria e a conceitualização de gênero na sociedade brasileira. Segundo Grossi (1998, p. 5) “em linhas gerais, gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolve homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre as diferenças sexuais”. A autora aponta ainda que os estudos de gênero no Brasil e no mundo despontam entre os anos 1960 e 1990, especificamente, no cenário de lutas sociais como movimento hippie, revoltas estudantis, black panthers<sup>30</sup> e no Brasil, durante a luta contra a ditadura militar. Todavia, ressalta que as questões de gênero surgem junto ao movimento feminista.

Camilla Karla Barbosa Siqueira (2015), em *As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro*, destaca que durante a terceira onda do movimento feminista foram pautadas as diferenças existentes entre as mulheres. Neste período, as pautas voltadas às questões raciais, de classe, orientação sexual, regionalidade entre outras, são pensadas no movimento<sup>31</sup>. Siqueira, pontua ainda que durante a terceira onda do movimento feminista, o feminismo negro foi o que mais se destacou, e aponta “nesse cenário, o movimento feminista negro tem se posicionado de maneira destacada. No Brasil, com seu passado histórico de exploração das mulheres negras, o ambiente é bastante necessitado (*sic*) da condução de tais debates.” (SIQUEIRA, 2015, p. 339). Em relação a terceira onda do feminista, escreve:

Essa nova fase do feminismo mostra, então suas raízes em dois movimentos filosóficos da contemporaneidade: o pós-modernismo e a Filosofia da Diferença. Os trabalhos teóricos feministas desenvolvidos a partir de então tem um caráter de rejeição de tudo o que é unívoco, procurando dar ênfase à mutabilidade e à subjetividade e radicalizando a subversão contra tudo o que é opressivo e limitador. (SIQUEIRA, 2015, p. 338).

No artigo, *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial* Ângela Figueiredo, propõe uma análise relativa a epistemologia feminista negra no Brasil. Para a autora, o movimento feminista negro surge no Brasil com base no movimento negro e se fortalece durante o período do governo petista. Com o aumento do número de universidades no país, e o maior acesso ao ensino superior por estudantes negros e negras, possibilitou o surgimento de coletivos feministas negro e de debates/produções científicas, por sujeitos negros acerca da

<sup>30</sup> Partido dos Panteras Negras

<sup>31</sup> As lutas feministas foram divididas em três momentos históricos denominados de ondas feministas: na primeira as mulheres reivindicavam pela igualdade salarial, o direito ao voto, ao estudo e ao trabalho e a segunda estaria mais ligada questões relacionadas ao corpo da mulher, a liberdade de escolha sobre seu corpo, pautas como liberdade sexual e direito ao aborto foram discutidas neste momento.

temática nos espaços universitários. Aponta também para o fortalecimento do movimento feminista negro em outros espaços da sociedade, como no campo das artes de maneira geral. Figueiredo afirma também que o acesso as plataformas digitais nos últimos anos, fez surgir o que a autora denomina de “cibe ativismo feminista negro”.

Ângela Figueiredo, conclui o artigo com a seguinte afirmação:

Nesse sentido, uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção. (FIGUEIREDO, 2020, p. 20).

Para Figueiredo (2020), a experiência é um importante conceito quando se trata de feminismo negro, cita que “O pessoal é político”. Por tanto, afirma que para pesquisadores e pesquisadoras negros (as), a experiência pessoal é constantemente evocada como base teórica em seus trabalhos, o que torna a autoetnografia o método prioritário na realização de pesquisa feministas negras. A autora, destaca ainda que a inserção de negros e negras no ambiente universitário, é um importante fator quando se refere a esse novo modelo de fazer ciência, pois para essa nova geração de pesquisadores, seus objetos de pesquisa em produções acadêmicas são na maioria das vezes próximos de si. A exemplo destaca, o caso de estudantes de comunidades tradicionais, que vão tensionar em suas pesquisas as relações sociais vividas em meio às suas comunidades, a fim de intervir e transformar a realidade na qual está inserido (a). Esta forma de produzir conhecimento desafia a ciência conservadora, e este setor insiste em negar as produções auto etnográficas como trabalhos legítimos (FIGUEIREDO, 2020). Diante disso, ratifica:

Certamente, há uma representação que insiste em nos colocar como pouco habilidosos para a realização da reflexão acadêmica, independentemente dos numerosos casos de sucesso de estudantes e pesquisadores negros e negras. Contudo, o êxito pessoal não altera as representações coletivas; no máximo, nosso êxito é considerado uma exceção à regra. Assim como as perspectivas teóricas da colonialidade do poder, estamos criando novas perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas. (FIGUEIREDO, 2020, p. 11).

bell hooks, escreve em seu artigo *Intelectuais negras* a seguinte afirmação: “é impossível que floresçam intelectuais negras se não tivermos uma crença essencial em nós mesmas, no valor de nosso trabalho e um endosso correspondente do mundo a nossa volta para apoiá-lo e alimentá-lo” (HOOKS, 1995, p. 475). Nesta afirmação a autora remonta, principalmente a necessidade do reconhecimento e da valorização e do trabalho intelectual

feminino negro no ambiente acadêmico, sua afirmação tem como base suas experiências enquanto mulher negra acadêmica, na sociedade estadunidense. hooks, relata em seus estudos constantemente a desvalorização das produções acadêmicas das intelectuais negras na sociedade norte americana. Partindo dos apontamentos de hooks (1995) e Figueiredo (2020), sobre experiências e produções acadêmicas feministas negras, este trabalho se organiza.

Acerca do conceito de interseccionalidade, Crenshaw (2012) pensa questões de gênero, raça e classe de maneira interligadas, e diante disso visa que tais questões devem ser trabalhadas de maneira conjunta. Pois, a autora entende que a condição da mulher branca na sociedade é marcada pelo sexismo, enquanto a mulher negra tem sua existência atravessada pelo sexismo e o racismo, que podem ser determinantes também na posição ocupada na classe social. Acerca dos objetivos dos estudos interseccionais, a autora ressalta que:

Meu objetivo é apresentar uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. O segundo objetivo é enfatizar a necessidade de empreendermos esforços abrangentes para eliminar essas barreiras. (CRENSHAW, 2012, p. 08).

Assim como Crenshaw (2012), mas em uma perspectiva brasileira, Lélia Gonzalez (1982, p. 97), pensa que “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e o sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”. Gonzalez (1982) não trata em seus escritos do conceito de interseccionalidade, mas apoiada em ideologias marxistas e de esquerda, a autora pensa as relações trabalhistas no Brasil, principalmente a condição da mulher negra e como a injunção de violências se manifesta sobre a existência dessas. Lélia Gonzalez ratifica que:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1982, p. 84).

Na mesma perspectiva, entretanto com um foco mais amplo do que a questão nacional, Anzaldúa (2000) reflete sobre a necessidade de se pensar em estudos feministas com aparato racial e voltados para mulheres de terceiro mundo. Assegura que, “A mulher de cor inicial é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, esteja gradualmente mudando” (ANZALDUA, 2000, p. 229). Tal constatação, para a autora, reflete a necessidade da emancipação da mulher de cor nas

sociedades de terceiro mundo, onde além de marcadores raciais e de gênero, estas têm suas identidades atravessadas também pela localização geográfica, que em uma leitura mundial contemporânea, coloca-as em uma posição inferior as mulheres de primeiro mundo.

Ao tratar do conceito de discriminação racial, na obra *Racismo estrutural*, Silvio Almeida (2019), descreve que “A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2019, s.p.). Desta forma a discriminação é uma manifestação do racismo, que tem como fundamento o exercício de poder, capaz de atribuir vantagens e desvantagens a sujeitos ou grupos baseando-se em raça. Almeida (2019) destaca também que a discriminação racial pode ser direta ou indireta, segundo o autor, a primeira ocorre quando há uma forma de repúdio explícito por causa da condição racial de um sujeito ou de um grupo, e a segunda se caracteriza pela ausência de intenção explícita de discriminar, de acordo com o autor, acontece quando situações específicas de grupos minoritários são ignoradas. Para Almeida (2019) as duas formas de manifestação de discriminação racial, são nocivas aos sujeitos e grupos racializados.

Na obra *Memórias da plantação*, Grada Kilomba faz ponderações sobre os conceitos de racismo estrutural e racismo institucional, o primeiro Kilomba (2019, p. 77) afirma que ocorre quando “Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes”. O termo estrutural, neste sentido, se refere às estruturas da sociedade, desta forma, o racismo nessa modalidade ocorre corriqueiramente e sem grandes questionamentos por parte daqueles que o reproduzem ou dos que são vítimas. Ao que refere racismo institucional, a autora conceitua que:

Como o termo “instituição” implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistema e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os *sujeitos brancos* em clara vantagem em relação a outros grupos racializados. (KILOMBA, 2019, p. 77-78).

No livro *Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida Beatriz Nascimento*, Alex Ratts problematiza a invisibilidade acadêmica sofrida pela intelectual negra Beatriz Nascimento. Ratts salienta que além de intelectual, Beatriz Nascimento também foi historiadora, pesquisadora, militante e poetisa, produziu importantes trabalhos sobre quilombos brasileiros, todavia seu nome é citado por pesquisadores contemporâneos da temática. A

trajetória de Beatriz, assim como de outros (as) intelectuais negros (as) foi invisibilizada e esquecida no meio acadêmico brasileiro. Desta forma, Ratts afirma:

No entanto, na academia brasileira há uma barreira étnico-racial que se manifesta na baixa presença de homens negros e na quase ausência de mulheres negras no corpo docente. Apesar desse limite, alguns (umas) conseguiram ir adiante no meio acadêmico podendo ser considerados (as) intelectuais pelo delinear de sua atuação, pelo seu pensamento próprio, veiculado, em geral, a duras penas e, por serem assim considerados por leitores (as) e críticos (as). (RATTS, 2006, p. 31).

Diante da proposta que integra antropologia e sociologia para problematizar o que as trajetórias e experiências dessas mulheres negras professoras e estudantes da UNILAB, nos contam sobre suas existências no ensino superior. Baseando-se no conceito de interseccionalidade pensado por Crenshaw (2012), torna-se persistente trazer à tona as experiências dessas mulheres pautando-se nas categorias de raça, classe e gênero, uma vez que estes atravessadores podem influenciar em suas trajetórias. Este projeto se baseia e será cientificamente embasada à luz dos conceitos de identidade, gênero, interseccionalidade, raça e discriminação racial.

## 8 METODOLOGIA

A pesquisa parte de uma metodologia qualitativa, que segundo Denzin e Lincoln (2006, p.16) “A pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas”. A metodologia qualitativa é muito utilizada no campo das ciências humanas e sociais, por possibilitar a coleta de dados a partir de estudos de caso. Ao definir de forma superficial a metodologia qualitativa, os autores afirmam:

Qualquer definição da pesquisa qualitativa deve atuar dentro desse complexo campo histórico. A pesquisa qualitativa tem um significado diferente em cada um desses momentos. No entanto, pode-se oferecer uma definição genérica, inicial: a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. (DENZIN E LINCOLN, 2006, p.17)

Diante da possibilidade interdisciplinar posta pela pesquisa qualitativa, recorre-se ao método da oralidade para a interpretação das questões a serem trabalhadas neste projeto. A pesquisa baseia-se a luz dos conceitos de história oral e oralidade, pensados pela historiadora Verena Alberti (2005). Para a autora, “A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “história dentro da História” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação

do passado” (ALBERTI, 2005, s.p). Ainda sobre fonte oral, Vilanova (1994, p. 46) certifica, “sabemos que a fonte oral é uma fonte viva, é uma fonte inacabada, que nunca será exaurida, e portanto, que a história bem-feita que queremos fazer é uma história inacabada”.

Baseando-se na metodologia qualitativa e no método da oralidade no campo de pesquisa das Ciências Humanas e sociais, para a execução desta pesquisa, visa utilizar-se da realização de entrevistas orais e semiestruturadas, direcionadas ao público de professoras negras do Instituto de Humanidades da UNILAB, e estudantes matriculadas nos cursos de graduação, que se autodeclaram negras. As técnicas a serem utilizadas são as de agendamento prévio, gravação consentida das entrevistas e posteriormente transcritas. Essas entrevistas terão como intuito interpretar sobre as trajetórias e experiências destas mulheres no ambiente acadêmico da UNILAB-CE.

Ao que se refere o perfil dessas entrevistadas, espera-se entrevistar o total 05 (cinco) docentes ligadas ao Instituto de Humanidades e 05 discentes preferencialmente de todos os cursos e períodos, desde as veteranas as recém ingressas. Pretende-se entrevistar professoras e estudantes convidadas e voluntárias que tenham interesse em contribuir com o projeto. As entrevistas serão divididas em dois momentos, no primeiro pretende-se coletar as informações identitárias e no segundo voltar-se para escuta atenta das histórias de vida da entrevistada, com foco, principal, nas suas trajetórias e experiências acadêmicas. As entrevistas deverão ser realizadas com consentimento das entrevistadas e os dados coletados, poderão ser a curto ou longo prazo, publicados e citados em artigos científicos ou trabalhos acadêmicos que tratem da temática em questão.





## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. Histórias dentro da História. In: PINSKY, (Carla Bassanezi, org.). **Fontes Oraís**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALMEIDA, Silvio, Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. E-book Kindle.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880> Acesso em: 10.mai.2021.
- BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm> Acesso em: 10.mai.2021.
- BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: Uma busca da origem até a atualidade. XVII Colóquio Internacional de gestão universitária. **Anais**. Argentina, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101\\_00125.pdf](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf)
- BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. Professoras negras na Universidade Federal da Bahia - UFBA: Cor, status e desempenho. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais**. Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497393061\\_ARQUIVO\\_artigo\\_oficial\\_reevisado.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497393061_ARQUIVO_artigo_oficial_reevisado.pdf) Acesso em: 25.mai.2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-Sueli-Carneiro-1.pdf> Acesso em: 10.jan.2021.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within :a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução: Juliana de Castro Galvão. Revisão: Joaze Bernardino-Costa. **Sociedade e Estado** [online]. 2016, v. 31, n. 1, pp. 99-127. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-6992201600010000> Acesso em: 11.jan.2021.
- ANZALDUA, Gloria. **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2000, v. 8, n. 1, pp. 229-235. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>.
- CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. NESP. 2012. Disponível em: <https://www.nesp.unb.br/popnegra/images/library/Kimberle-Crenshaw-Interseccionalidadenadiscriminaoderaegennero.pdf> Acesso em: 27.jan.2021.
- DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 432 p.
- DIÓGENES, Camila Gomes; AGUIAR, José Reginaldo. **UNILAB**: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção: UNILAB, 2013. 120 p. : il. Disponível em: [https://issuu.com/glaymerson/docs/livro\\_UNILAB\\_5\\_anos](https://issuu.com/glaymerson/docs/livro_UNILAB_5_anos) Acesso em: 11.fev.2021.

EUCLIDES, M, S. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: Desafios e conquistas.** Tese (Doutorado) - Centro de humanidades, programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 239. 2017. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26901/1/2017\\_tese\\_mseuclides.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26901/1/2017_tese_mseuclides.pdf) Acesso em: 11.jfev.2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz\\_Fanon\\_Pele\\_negra\\_mascaras\\_brancas.pdf](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf) Acesso em: 11.nov.2020.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e 0120, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102> Acesso em: 11.jan.2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio, *A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais.* Paraná: **Revista do centro de educação e letras da Unioeste**; v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/2interdisciplinaridade\\_necessidade.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/2interdisciplinaridade_necessidade.pdf) Acesso em: 1.dez.2021.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (Org.) **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 94. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/84394855/gonzalez-elia-a-mulher-negra-na-sociedade-brasileira-uma-abordagem-politico-eco> Acesso em: 11.jan.2021.

GOMES, Arilson dos Santos. Oásis e desertos no brasil: da frente negra brasileira aos congressos nacionais sobre a temática afro-brasileira e negra. Acervo. **Revista do Arquivo Nacional**, v. 22, n. 2, p. 131-146, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/13/13> Acesso em: 12.ago.2020.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** São Paulo, s/d. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf> Acesso em: 11.jan.2021.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998. Disponível em: [http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935\\_identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf) Acesso em: 1.jan.2021.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade.** Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2013. Disponível em: [https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2017/10/hooks\\_2013\\_ensinando-a-transgredir\\_book.pdf](https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2017/10/hooks_2013_ensinando-a-transgredir_book.pdf) Acesso em: 10.dez.2021.

\_\_\_\_\_. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1646> Acesso em: 11.set.2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAIA, Bruna Aparecida Talita. **Matilde Ribeiro, a minha trajetória é talvez igual a tua**: uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, p. 108. 2016. Disponível em: [https://repositorio.UNILAB.edu.br/jspui/bitstream/123456789/659/1/2016\\_mono\\_bmaia.pdf](https://repositorio.UNILAB.edu.br/jspui/bitstream/123456789/659/1/2016_mono_bmaia.pdf) Acesso em: 12.out.2020.

MUNANGA, K. *Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil*. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 17–24, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v5i6.8645505. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505>

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: Sobre a trajetória de vida Beatriz Nascimento. Imprensa oficial. São Paulo, 2006.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 19-36, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19/17811> Acesso em: 11.set.2020.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015, Belo Horizonte, Poder, Cidadania e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. **Anais**. 2015. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf> Acesso em: 11.dez.2020.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Disponível em: <https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/tornar-se-negro-neusa-santos-souza.pdf> Acesso em: 20.jan.2021.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: Algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf) Acesso em: 10.fev.2021.

SUÁREZ, Mireya. Enfoques feministas e antropologia. **Série Antropologia**, Brasília, n. 177, 1995.

VILANOVA, Mercedes. História Oral e Multidisciplinaridade. In: Diadorim Editora Ltda, Marieta de Moraes Ferreira, (org.). **Pensar a Subjetividade** - Estatísticas e Fontes Oraís. Rio de Janeiro, 1994, p. 145-174.

## ANEXO

### ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA (DOCENTES)

Nome:

Idade:

Nacionalidade:

01) Qual sua formação e há quanto tempo leciona na UNILAB (CE)?

02) Como você descreveria sua trajetória e suas experiências, enquanto mulher negra, ao longo de sua formação acadêmica e enquanto professora na UNILAB atualmente?

03) Você se sente acolhida e respeitada no ambiente acadêmico da UNILAB (Na sala de aula, nas reuniões de colegiados, nas relações interpessoais, etc)?

04) De acordo com sua trajetória, você acredita que no passado existiam diferenças no tratamento de mulheres negras enquanto professoras e estudantes no ambiente universitário? Se sim, você poderia descrever?

05) De acordo com suas experiências no exercício da docência, você acredita que atualmente existem diferenças no tratamento das mulheres negras professoras no ensino superior na UNILAB? Se sim, quais? Você acha que de alguma forma essas diferenças influenciam na sua carreira profissional?

06) Durante sua formação, você se sentia incentivada (pela família, amigos, etc.) a investir em carreira acadêmica? Por quê?

07) Você já vivenciou alguma experiência de racismo no ambiente acadêmico? Se sim, você se sente confortável para relatar sobre?

08) Em relação a produção acadêmica, alguma vez você sentiu dificuldades para escrever? Se sim, por quais motivos?

09) Durante sua trajetória acadêmica, em algum momento você se sentiu pressionada, por si mesma, a produzir ou trabalhar mais do que seus colegas brancos para alcançar reconhecimento?

10) Você considera importante que no ambiente acadêmico sejam desenvolvidas atividades extracurriculares (palestras, debates, rodas de conversas, minicursos), com pauta nas questões de gênero e raciais junto à comunidade acadêmica (professores, funcionários e estudantes)?

**ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA (DISCENTES)**

Nome:

Idade:

Nacionalidade:

Período/ semestre:

01) Você é natural de que cidade e Estado? Você vive com seus pais, parentes, cônjuge, amigos ou sozinha? (identificar se a estudante teve que se mudar para Redenção ou Acarape para estudar)

02) Em relação a sua família, quantas pessoas concluíram o ensino superior?

03) O que te levou a cursar Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na UNILAB?

04) Enquanto mulher negra, você se sente acolhida e respeitada nos espaços na UNILAB (Inter campi, corredores, biblioteca, restaurante universitário, espaços de lazer, salas de aula, etc.)?

05) Em relação ao futuro, você pretende seguir carreira acadêmica, cursar alguma terminalidade, fazer pós-graduação?

06) Você percebe as professoras negras da UNILAB como referência profissional?

07) Você se sente incentivada (pela família, amigos, etc.) a investir em carreira acadêmica? Por quê?

08) De acordo com suas vivências na universidade, você acredita que existem diferenças no tratamento das mulheres negras estudantes no ensino superior? Se sim, quais?

09) Você já vivenciou alguma experiência de racismo no ambiente acadêmico? Se sim, você se sente confortável para relatar sobre?

10) Você considera importante que sejam desenvolvidas atividades extracurriculares (palestras, debates, rodas de conversas, minicursos) no ambiente acadêmico, com pauta nas questões de gênero e raciais junto à comunidade estudantil?